

A verdadeira divisão da economia brasileira

SETOR DE SERVIÇOS PREDOMINA NOS MUNICÍPIOS RURAIS DAS PARTES MAIS DESENVOLVIDAS DO PAÍS

JOSÉ ELI DA VEIGA

As 27 unidades da Federação nem de longe correspondem às verdadeiras divisões da economia brasileira, mesmo que ainda possam ter longa sobrevida como organizações político-administrativas. O que resultou do processo de industrialização do século 20, e não parece ameaçado pela desordenada inserção do País na globalização, é uma constelação de, no máximo, uma dúzia de macropólos econômicos, formada pelas aglomerações metropolitanas de São Paulo, Campinas, Porto Alegre, Curitiba, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Fortaleza, Belém, Goiânia e Brasília. Deve-se frisar "no máximo", pois é duvidoso que permaneçam separadas as duplas São Paulo-Campinas e Goiânia-Brasília. No sentido oposto, Manaus nem sequer chega a ser uma aglomeração. É verdade que centraliza imensa área geográfica, mas de irrisório significado para o sistema econômico nacional. Enfim, por mais que se queira inflar a lista dos macropólos, seu número não chegará à metade do número de unidades da Federação. E tais aglomerações metropolitanas agregam 200 municípios.

Também não há a mínima coincidência entre a divisão político-administrativa do País e os 37 grandes tentáculos pelos quais a dúzia de macropólos organiza quase todo o território, pois 25 estão concentrados nas regiões Sudeste e Sul. A começar pela longa lista das 11 aglomerações não-metropolitanas do Estado de São Paulo, seguida das três do Paraná (Londrina, Maringá e Cascavel), cinco de Santa Catarina (Florianópolis, Joinville, Itajaí, Blumenau e Criciúma), duas do Rio Grande do Sul (Caxias e Pelotas), duas do Rio de Janeiro (Volta Redonda e Cabo Frio), e duas de Minas Gerais (Itabira e Ipatinga). Das 12 restantes, apenas

INDICADOR DE EMPREENDEDORISMO					
Número de habitantes por micro ou pequena empresa (MPE) no primeiro Estado de cada região					
Escalões	Rio Grande do Sul	São Paulo	Mato Grosso	Rondônia	Ceará
► Aglomerações metropolitanas	22	30	-	-	47
► Aglomerações não-metropolitanas	22	32	37	-	57
► Centros urbanos	24	29	37	48	57
► Municípios de médio porte (ou "urbanos")	24	31	42	48	76
► Municípios de pequeno porte (ou "rurais")	29	36	50	75	103

Fontes: IBGE e Sebrae

quatro não são capitais de Estados: uma baiana em torno de Ilhéus, duas pernambucanas em torno de Caruaru e de Petrolina, e uma cearense em torno de Juazeiro do Norte. Sobram sete em torno de capitais nordestinas - Aracaju, Maceió, João Pessoa, Natal, Teresina e São Luís -, apenas uma no Centro-Oeste (Cuiabá) e outra no Sudeste (Vitória). Nesse segundo escalão, formado pelas 37 aglomerações não-metropolitanas, há 178 municípios, mas suas respectivas áreas de influência direta talvez atinjam três centenas.

O terceiro escalão é formado por 77 satélites que, na verdade, são centros urbanos de micro ou mesorregiões significativamente rurais, em que predominam municípios de médio e pequeno porte. Muito parecidas com as microrregiões tipicamente rurais, nas quais pode haver um, dois, ou até três municípios de médio porte (quarto escalão), com influência direta sobre um número duas ou três vezes maior de municípios rurais (quinto escalão). É nesse subconjunto formado pelos três escalões inferiores que se encontram mais de 5 mil municípios, do total de 5.561.

Faz parte do senso comum a visão de que os dois ou três

primeiros escalões seriam vertebrados pelas empresas industriais e de serviços, em contraste com os dois ou três últimos, que só teriam empresas e estabelecimentos do setor primário (quase sempre informais). Esse é, todavia, um equívoco que esconde a importância já adquirida pelos serviços e pelas indústrias nos milhares de municípios que formam as economias rurais. Mesmo que a simplória identificação das áreas rurais com o setor primário não seja muito chocante quando se considera

a caatinga ou biomas amazônicos, ela é simplesmente falsa nos demais, inclusive no cerrado. Uma maneira de perceber esse fenômeno é tomar o número

de habitantes para cada micro ou pequena empresa formal (MPE) como indicador do grau empreendedorismo dos territórios (ver tabela acima).

No Rio Grande do Sul, onde essa relação é a mais favorável, são tênues as diferenças entre os cinco escalões. Enquanto nas aglomerações há uma MPE para cada 22 habitantes, em municípios de tipo rural há uma para 29 habitantes. Muito diferente do caso do Ceará rural, por exemplo, onde há uma MPE para mais de 100 habitantes, frequência

duas vezes menor que a das aglomerações cearenses. Claro, é preciso conhecer a repartição das MPE pelos três principais setores da economia para confirmar a importância relativa das atividades industriais e de serviços fora das aglomerações e dos centros urbanos. Basta que se saiba, contudo, que nos municípios rurais dos cinco Estados considerados na tabela o peso relativo das MPE do setor terciário varia entre 80% e 90%, e do setor secundário entre 8% e 18%, sobrando entre 1% e 4% a participação das MPE formais do setor primário.

Enfim, quem ainda não está convencido de que o setor de serviços já predomina nas economias rurais das partes mais desenvolvidas do País precisa conhecer a lista de seus 200 municípios mais empreendedores. Entre esses 200 recordistas, 113 são de tipo rural (quinto escalão) e fortemente concentrados no extremo sul do País: 61 gaúchos e 29 catarinenses. Apenas oito são de Minas, sete de São Paulo e quatro do Paraná. E nesses 113 municípios rurais campeões de empreendedorismo há, em média, uma MPE para cada 19 habitantes.

■ José Eli da Veiga é professor da FEA-USP e secretário do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS). Home page: www.fea.usp.br/professores/zeeli/